**APOSENTADORIA DE SERVIDOR DO BANCO DO BRASIL —
AUTORIZAÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA — JUÍZO
COMPETENTE**

— *Compete ao Juízo da Fazenda Pública o processo e julgamento de ação para anular ato de aposentadoria de servidor do Banco do Brasil mediante autorização do Presidente da República.*

— *Interpretação do decreto-lei n.º 914, de 1-12-38.*

TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

Mário Ferreira de Queirós *versus* Banco do Brasil S.A.
Agravado de instrumento n.º 715 — Relator: Sr. Ministro
CUNHA MELO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de agravo de instrumento n.º 715, do Distrito Federal, agravante Mário Ferreira de Queirós e agravado Banco do Brasil S.A., etc.:

Acorda o Tribunal Federal de Recursos, Primeira Turma, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, na forma e pelos fundamentos das notas taquigráficas de fls. 44 até 48, integrado neste o relatório de fls. 41 *usque* 43. Custas na forma da lei. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1950. — *Afrânio Antônio da Costa*, Presidente. — *Djalma da Cunha Melo*, Relator.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro *Djalma da Cunha Melo* — No instrumento respectivo (a fls. 14 e 15), como devido (Código de Processo Civil, art. 845), está transladada a decisão a que se prende o agravo. Ei-la:

“Esta ação é proposta contra o Banco do Brasil, exclusivamente. A União foi chamada a assistir ao réu, di-lo claramente a inicial. E qualquer dúvida a respeito apagar-se-ia com a declaração do autor a fôlhas quarenta e três de que a ação não é movida contra a União e sim “apenas e tão somente contra o contestante, o Banco do Brasil Sociedade Anônima,

do qual a União Federal é a principal acionista”. Se a União não é ré, o que não se discute, resta examinar a legitimidade da pretendida assistência sua ao Banco do Brasil, determinando a competência especial desta Vara de Fazenda. A União assiste por intermédio de seus Procuradores às autarquias por ela criadas (decreto-lei n.º novecentos e oitenta e seis, de vinte e sete de dezembro de mil novecentos e trinta e oito, art. 9.º, inciso V, e decreto-lei n.º mil duzentos e quinze, de vinte e quatro de abril de mil novecentos e trinta e nove, (art. 1.º). O Banco do Brasil não é autarquia. É uma sociedade de economia mista de que a União tem a maioria de ações e cujos diretores são por ela nomeados. Logo, nas ações em que o Banco intervém não há lugar para a intervenção da União, como assistente. E, se assim é, não há como se enquadrar na competência dêste Juízo a presente causa. Dir-se-á que a União é litisconsorte passivo necessário porque o ato do Presidente do Banco que aposentou o autor e cuja nulidade êste pleiteia, foi autorizado pelo Presidente da República. Há um equívoco nesse raciocínio. A nulidade do ato do Banco não afeta o da autorização para praticá-lo. O Presidente da República, apenas, autorizava o Banco a aposentar determinado funcionário. Não o obrigava a fazê-lo. Ao Banco era

livre aposentar ou não. O que êle não podia fazer era aposentar sem estar autorizado. Ora, não aposentar e anular a aposentadoria significa a mesma coisa: ato inexistente. Se a aposentadoria podia deixar de ser praticada sem violação do ato do Presidente da República, êsse ato não será violado se se anular a aposentadoria. A União seria litisconsorte se a nulidade da aposentadoria decorresse de vício da autorização presidencial a que estava condicionada. Mas tal não se alega nem êsse poderia ser o fundamento do pedido, eis que aquela condição constituia uma limitação ao arbítrio do Banco, e, conseqüentemente, uma garantia para os funcionários. Ante o exposto, declino — da competência que se me atribuiu para o conhecimento dêsse feito e mando que, dada a baixa na distribuição sejam os autos remetidos à Justiça do Trabalho, a quem compete decidir a espécie, *ex-vi* do art. 123 da Constituição". Na minuta (fls. 2 até 5), e em abono da competência do Juízo da Fazenda Pública para officiar na lide e para solver, decidir, o que na mesma se controverte, sustenta o agravante, em resumo, isto: (lê). Veio com essa minuta certidão de um acórdão dêste Tribunal (fls. 6 até 8), que passo a ler: (lê). O Banco do Brasil, agravado, contraminutou assim (fls. 17 até 22): (lê). Dos documentos trazidos com a contraminuta (fls. 23 até 33), dou esta sùmula: (lê). O Procurador da República (fls. 34), sufragou as considerações do patrono do Banco do Brasil. Mantida a decisão, subiram os autos, sendo dada vista dos mesmos ao representante do Ministério Público junto a êste Tribunal, que também se reportou, como o Procurador da República o havia feito, à contraminuta do Banco do Brasil.

É o relatório.

VOTO

O Sr. Ministro Djalma da Cunha Melo (Relator) — Dou provimento ao agravo tempestivo e adequado (Có-

digo de Processo Civil, arts. 841 e 842, inciso II), a fim de que a ação prossiga na vara em que foi aforada e cujo titular é o juiz natural da lide, o magistrado competente para officiar nos autos respectivos e para julgar o que neles se debate. Com efeito, a petição inicial da demanda a que concerne o agravo, transcrita no instrumento (fls. 10 verso até 13), mostra o *desideratum* do pleito. Pretende êle, funcionário aposentado do Banco do Brasil, que o Judiciário anule o ato da sua aposentadoria. Êsse ato, transcrito, na íntegra, na referida petição (fls. 11 verso e 12) e em documento transladado para os autos a requerimento do Banco do Brasil (fls. 30), tem a seguinte redação: "Autorizado pelo despacho de um de novembro de mil novecentos e trinta e nove; do Excelentíssimo Senhor Presidente da República e atendendo a interêsse do serviço, resolvo aposentar compulsoriamente, os têrmos do art. 1.º do decreto-lei n.º novecentos e quatorze, de primeiro de dezembro de mil novecentos e trinta e oito, o quarto escrivário-graduado dêste Banco, Senhor Mário Ferreira de Queirós. Rio de Janeiro, nove de novembro de mil novecentos e trinta e nove. — (ass.) Marques dos Reis." Também figura nos autos, a pedido do próprio Banco do Brasil (fls. 17 e 29 verso), o pedido de autorização dirigido ao Presidente da República e seu deferimento. Ei-lo: "Banco do Brasil — Rio de Janeiro, vinte e seis de outubro de mil novecentos e trinta e nove. — Excelentíssimo Senhor Presidente da República. Vimos à presença de Vossa Excelência solicitar a necessária permissão para aposentar compulsoriamente, nos têrmos do artigo primeiro do decreto-lei número novecentos e quatorze, de primeiro de dezembro de mil novecentos e trinta e oito o quarto escrivário graduado dêste Banco, Senhor Mário Ferreira de Queirós, de vez que êste afastamento atende ao interêsse do serviço, conforme se apura do anexo relatório apresentado pela Comissão encarregada do inquérito a que respon-

deu dito serventuário. Com protestos de elevada consideração. Pelo Banco do Brasil. — O Presidente, (a) *Marques dos Reis*. — (Estava estampado um carimbo de protocolo com os dizeres: ilegíveis). — Carimbo de Protocolo da Presidência da República — Secretaria do Presidente. N.º trinta mil, oitocentos e trinta e quatro mil novecentos e trinta e nove. — Despacho: “Autorizado — Em primeiro de novembro de mil novecentos e trinta e nove. — (a) *G. Vargas*’.

O interesse da União Federal, numa lide em que se colima a declaração de insubsistência de ato precedido de plácito do Presidente da República, é algo que se não pode obscurecer. E é ingênuo pretender que o Presidente da República interveio, autorizando a aposentadoria compulsória, como representante do Tesouro Nacional, o maior acionista, nessa sociedade de economia mista que sóe ser o Banco do Brasil. Sua intromissão se processou em conformidade com o decreto-lei n.º 914, de 1 de dezembro de 1938, cujo art. 1.º parte geral e parágrafo, estão assim redigidos: “Os funcionários do Banco do Brasil poderão ser aposentados, independentemente de inspeção de saúde,

quando ocorra interesse do serviço ou conveniência do regime. A decretação dessa aposentadoria dependerá de prévia aprovação do Presidente da República.”

A Constituição, no art. 201, parte geral e parágrafo (*mutatis mutandis* o que se dizia na Carta de 1937, art. 108, parte geral e parágrafo), é ao respeito nítida, faz dia, apreciada em combinação com a Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal. Mais de uma vez decidimos nesse propósito da competência do juiz *a quo*.

VOTO

O Sr. Ministro Afrânio Antônio da Costa — De acôrdo com o Relator.

VOTO

O Sr. Ministro Sampaio Costa — De acôrdo com o Relator.

DECISÃO

Como consta da ata, a decisão foi a seguinte:

Deu-se provimento, para declarar competente o Dr. Juiz *a quo*, unânimeamente. Presidiu o julgamento o Exmo. Sr. Ministro Afrânio Antônio da Costa.